

Fernando de Magalhães Furlan

# **Especialização Judicial**

**Uma solução econômica para a  
administração da justiça**

1ª edição

**EDITORA ● SINGULAR**

**São Paulo  
2017**

F962e Furlan, Fernando de Magalhães

Especialização judicial: uma solução econômica para a administração da justiça. / Fernando de Magalhães Furlan. São Paulo: Singular, 2017.

120 p.

ISBN: 978-85-86626-95-2

1. Corte Especializada. 2. Administração. 3. Gestão Estratégica. 4. Concorrência. I. Título.

CDU: 342.9

Revisão: Paula Brito Araujo

Diagramação de miolo e capa: Microart Design Editorial

© desta edição [2017]

**Editora Singular**

Tel/Fax: (11) 3862-1242

[www.editorasingular.com.br](http://www.editorasingular.com.br)

[singular@editorasingular.com.br](mailto:singular@editorasingular.com.br)

# Sumário

Prefácio.....	5
Apresentação .....	9
1. Introdução.....	13
2. Argumentos favoráveis à especialização .....	23
2.1. A relação custo-benefício.....	23
3. Argumentos contrários à especialização .....	33
4. Cortes multijurisdicionais.....	37
5. Características principais de cortes especializadas.....	43
6. Deferência judicial à interpretação administrativa .....	49
7. Seleção de magistrados especializados .....	53
8. Disfuncionalidades da revisão judicial de atos administrativos no Brasil .....	55
9. Experiência e melhores práticas internacionais selecionadas .....	59
9.1. Cortes judiciais.....	59
9.1.1. A Corte de Chancelaria do estado de Delaware, EUA.....	59
9.1.2. Os juizados especializados em matéria de concorrência, telecomunicações e radiodifusão do México.....	65
9.1.3. A Corte de Comércio Internacional dos Estados Unidos .....	66
9.1.4. O Tribunal da Concorrência do Canadá ....	77

9.1.5. O Tribunal da Concorrência do Chile .....	78
9.1.6. O Tribunal da Concorrência da Austrália ..	79
9.1.7. Cortes parcialmente especializadas .....	81
9.1.8. Cortes integralmente especializadas.....	81
9.2. Cortes <i>quasi</i> -judiciais.....	82
9.2.1. Tribunal de Comércio Internacional do Canadá (ITT) .....	82
10. Profissionalização da administração da Justiça.....	85
10.1. Planejamento estratégico de longo prazo.....	86
11. As peculiaridades da situação brasileira .....	91
Conclusões .....	101
Referências .....	109
Anexo.....	115